

A REVISTA *LUMEN*
E OS TOTALITARISMOS NACIONALISTAS (1937-1945) *

GABRIEL DE JESUS PITA

1. A *Lumen*: uma aposta na dinamização da vida da Igreja em Portugal, através da formação contínua do clero

A *Lumen. Revista de Cultura para o clero* surge em Janeiro de 1937, apresentando à partida três características, que importa re-levar: trata-se de uma revista de cultura, interdiocesana de assinatura obrigatória em todas as paróquias do Continente e Ilhas, implicando a extinção dos boletins diocesanos então existentes e resulta não da iniciativa de um grupo de Padres, mas da decisão colectiva do Episcopado Português, como salientam, aliás as «Palavras de apresentação» do primeiro fascículo. Apenas a arquidiocese de Braga manteve o seu boletim, *Acção Católica*, o qual, a partir de Janeiro de 1941, por determinação de D. António Bento Martins Júnior, se torna «órgão oficioso» e de assinatura obrigatória, definindo-se então como «revista de cultura para o clero».

Ao lançar a *Lumen*, os bispos portugueses pretendiam, antes de mais, conseguir a unidade na acção da Igreja em Portugal, objectivo já traçado na Pastoral Colectiva, de 13/07/1930, que publicou e explicou as determinações do Concílio Plenário Português de 1926. Esta busca de unidade exprimia a resposta da Igreja face ao Estado Novo, que se vinha constituindo forte e centralizador e que, em

* Este texto retoma parcialmente dois capítulos duma dissertação de Mestrado, discutida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 05.12.1995, subordinada ao título «A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo. A revista *Lumen*, 1937-1945».

bora se não declarasse laico, não assumia também a confessionalidade católica.

Um outro objectivo da *Lumen* era de ordem pastoral. O episcopado português tomara consciência de duas realidades insofismáveis: a degradação cultural do clero, onde «é quase geral a falta de interesse pelos problemas da cultura», como reconhecia a própria Direcção¹ e a de que, numa sociedade fortemente condicionada pelo progresso constante dos *mass media*, tornava-se necessário insuflar-lhe a luz (*lumen*) da cultura, de acordo, aliás, com as instruções de Pio XI, contidas na Encíclica *Ad Catholici Sacerdotti*, de 20/12/1934. Um dos seus colaboradores, o Padre José Mendeiros, apelava para a necessidade de «activar a realização do grande plano de renascimento literário eclesiástico que a Santa Sé e o Venerando Episcopado têm a peito, e de que a revista *Lumen* é, já não digo expoente, mas indício seguro», para concluir: «Só assim será eficaz a nossa revolução social cristã: não pode subsistir uma revolução de factos, sem se apoiar numa revolução das ideias, quer dizer: revolução de cima para baixo e não de baixo para cima, a bem da Igreja e da Nação!»². Um outro colaborador, o Padre Dr. Gustavo de Almeida, revelava um empenho entusiasta em aderir a estes propósitos: «Redondamente enganados estão os que sossegam pacificamente na sua poltrona de pastores de almas, alevantando ao alto a **esperança dos nossos dias, a esperança da Acção Católica**, etc., etc., etc. Mais se enganam ainda os que reousam seus zelos de ver o **bom caminhar** de uma Congregação Mariana, as muitas comunhões das 1.^{as} sextas-feiras do mês (...). É reparar como de geração para geração, nos fogem as almas e como os **mitos** do nosso tempo as tomam e as apaixonam... (...) Portugal é, certamente, o país mais rotineiro do mundo neste particular do ensino catequético. À parte esta ou aquela iniciativa isolada, ensinamos, hoje, como há cem anos!»³.

A Igreja, através da *Lumen*, pretende ser o farol das consciências e aliás, criar espaço pouco mais lhe permitiam as estruturas centralistas do Estado Novo⁴; empenhando-se em dar viabilidade às pro-

¹ *Lumen*. Janeiro 1940, nota de abertura «Mais um ano».

² *Ibidem*. Outubro de 1937, pp. 700-701.

³ *Ibidem*. Julho de 1938, pp. 412-414.

⁴ A propósito da recomendação de Pio XI, na carta de Novembro de 1933 ao Cardeal Cerejeira, para que a Acção Católica Portuguesa agisse em prol da justiça

postas novas do pontificado de Pio XI, de abertura ao diálogo com a sociedade contemporânea, dinamização da vida pastoral e corresponsabilização dos leigos, lança-se à reconquista cristã de Portugal, reconhecendo o estado de letargia da religião na comunidade portuguesa, remetendo, sem grande convicção, as culpas, para os 16 anos de democratismo republicano. Nesta batalha pela dinamização da vida católica, vai pois comprometer-se a Igreja Católica em Portugal. Com este objectivo é instituída a Acção Católica Portuguesa em 1933, é fundada em 1936 a Rádio Renascença, lançada a *Lumen* em 1937 e inaugurada em 1938 a igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Alvalade, que representa uma inovação forte, não só nas linhas arquitectónicas e decoração, como também na concepção e disposição do espaço interior, apostando na maior participação dos fiéis no culto.

A Acção Católica representava, na opinião de um dos seus principais mentores em Portugal, o Cónego Avelino António Gonçalves, uma verdadeira revolução, portadora de um fervor apostólico só comparável ao das primeiras comunidades cristãs, mobilizando os fiéis para «nova cruzada de reconquista cristã entre os pagãos civilizados da nossa idade»⁵.

Para Mons. Manuel Lopes da Cruz (1899-1969), o grande obreiro da Rádio Renascença (nome bem significativo do momento que se vivia e dos objectivos que se perseguiram), a rádio era um «meio de propaganda e de apostolado de que a Igreja necessita, sob pena de ficar em situação de inferioridade perante as diversas correntes doutrinárias»⁶, concluindo, acerca do projecto da Rádio Renascença: «andamos agora a construir uma catedral enorme de nova espécie, a Emissora Católica, onde será pregada a palavra de Deus»⁷.

Na tarefa difícil e delicada de explicar o fundamento religioso da nova concepção artística da igreja de Nossa Senhora de Fátima,

social, através dos sindicatos e obras de caridade, Avelino Gonçalves queixava-se nas «Notas»: «As primeiras não podemos agora fundá-las. O Estado tomou sobre si a responsabilidade exclusiva da defesa da justiça social. Oxalá seja feliz. Essa porta está portanto fechada e não nos compete a nós abri-la. Mas temos aberta a porta da caridade evangélica que sempre foi apanágio e glória do clero católico. Entremos por ela sem receio nem demora» (*Lumen*, Setembro-Outubro de 1944, p. 534). Em nossa opinião, há amargura e despeito neste queixume, mas também resignação.

⁵ *Ibidem*, Julho de 1944, p. 424.

⁶ *Ibidem*, Setembro de 1937, p. 653.

⁷ *Ibidem*, p. 655.

se empenhou a fundo a *Lumen*. Num artigo não assinado, no fascículo de Novembro de 1938, a revista, partindo do conceito de igreja como casa de oração e não como museu ou atracção turística, acaba por concluir que a compreensão da nova estrutura passava necessariamente pela instrução litúrgica e histórico-artística. No mês seguinte, Gustavo de Almeida aprofundava esta argumentação, denunciando o imobilismo acomodatório de muitos fiéis e de algum clero, a quem responsabiliza pela mediocridade religiosa: «É tempo de nos decidirmos a não mais darmos d'Ele e da Sua religião o aspecto de mediocridade, de tristeza e quase impotência que tanto anda na moda de certas pregações que querem ser piedosas e de certas direcções espirituais que pretendem santificar»⁸.

É neste espírito de renovação e dinamização religiosa que nasce a *Lumen*, à volta da qual se congrega uma elite cultural do clero português, composta de elementos de várias dioceses e de alguns Institutos Religiosos. O redactor-editor de *Vida Católica*, ex-boletim do Patriarcado, Mons. António José Moita, transita para a nova revista, como editor. Do Porto, vem o Padre Dr. Manuel António Valente Pombo, para secretário de Redacção, cargo que exercerá até o final de 1943. Da direcção ficará incumbido o cônego Dr. Avelino António Gonçalves (até Dezembro de 1970), que havia já sido requisitado pelo Patriarcado à diocese de Braga, para organizar a Acção Católica Portuguesa.

A *Lumen* apresenta-se, antes de mais, com uma feição marcadamente clerical. Para além de ser uma revista para o clero, é também uma revista do clero. A colaboração é assegurada quase exclusivamente pelo clero e esta é uma opção assumida, que irá manter-se até 1970, altura em que muda de rumo, por força das novas orientações do Concílio Ecuménico Vaticano II⁹.

Em segundo lugar, tem um carácter muito mais formativo do que informativo. A *Lumen* não se define apenas como um boletim inter-

⁸ *Lumen*, Dezembro de 1938, p. 744.

⁹ Entre 1937 e 1945, apenas três leigos escreveram na revista: o economista francês François Perroux, o escritor brasileiro Tristão de Athayde, pseudónimo do Dr. Alceu Amoroso Lima (1893-1983) e Artur Bivar, (1881-1946). A participação dos dois primeiros foi esporádica; Artur Bivar, pelo contrário, desempenhou na *Lumen* um papel de primordial importância, constituindo a ponte do clero com o século.

diocesano, salientando, que «a revista se destina mais a elevar e actualizar o nível da cultura geral do clero, do que propriamente a indicar a solução de todas as pequeninas dificuldades que lhe apareçam no exercício do seu ministério»¹⁰. E se procurou também desempenhar a função de boletim informativo, foi aqui que se revelou menos eficaz, já que as determinações episcopais eram publicadas com muito atraso, em alguns casos 4 meses depois. A *Lumen* não chegou, porém, a ser uma revista de documentação católica, a exemplo da *La Documentation Catholique*, na França. Dos documentos da Santa Sé, apenas as encíclicas e algumas mensagens de Natal ou por outra ocasião extraordinária, são transcritas na íntegra e com um atraso mínimo de dois meses; os outros são parcialmente transcritos e/ou resumidos.

No que respeita aos artigos de opinião, predominam a História Eclesiástica e as reflexões de âmbito teológico, litúrgico ou pastoral, sobressaindo, aqui, um assunto, que por ser tratado quase todos os meses, equivale a uma secção regular: a Acção Católica, encarada na perspectiva de formação dos assistentes eclesiais.

Terá, a *Lumen*, conseguido atingir os objectivos a que se propunha, ao longo destes primeiros nove anos? O balanço que o seu director faz, em Janeiro de 1943, não é muito animador. Queixa-se de haver muitos padres que não lêem a revista e outros que afirmam nem abri-la e do facto de ela não possuir um corpo redactorial próprio e permanente, contando apenas com colaboradores eventuais, mal pagos. Quanto à parte financeira, lamenta não poder melhorar a qualidade de um «papel modestíssimo» e de uma «capa pobríssima», com um preço anual de assinatura de 20\$00, que solicita seja aumentado voluntariamente e que, significativamente, não se atreve a impor.

As dificuldades da *Lumen* e o acolhimento pouco entusiasta, que parece ter tido no clero, podem significar, à partida, a resistência à mudança, a acomodação a funções culturais de rotina, a opção por um *aurea mediocritas* onde o padre é prestigiado só pelo simples facto de o ser. Revelará também uma reacção regionalista, da província contra a capital, da imprensa católica regional contra a oficial?

¹⁰ *Lumen*, Janeiro de 1941, p. 5.

2. A *Lumen* perante os totalitarismos nacionalistas

Comunismo e nacionalismo exacerbado são dois males apontados com frequência e combatidos na *Lumen*. O comunismo, porém, é combatido de forma obsessiva e considerado como muito mais grave. O regime soviético, para além, de impor a supremacia da autoridade do Estado sobre a Igreja, como acontecia nos regimes fascista, nazi e afins, empenhava-se na destruição dos valores religiosos e prática cultural dos católicos, promovendo organizações e campanhas ateias. O comunismo era visto como uma «nova barbárie» que estava invadindo a Europa cristã. Pio XI condenara aspectos essenciais do fascismo e do nazismo e a perseguição religiosa no México¹¹, mas a denominação de «intrinsecamente perverso» só a aplicou ao comunismo¹². Assim em relação à União Soviética, interessavam à *Lumen* não só as notícias de carácter religioso, mas ainda todas aquelas de âmbito sócio-económico que contribuíssem para revelar a inviabilidade e o fracasso do regime. Ao invés, os outros regimes totalitários só eram referenciados a propósito da perseguição religiosa ou, mais raramente, a propósito de medidas legislativas apreciadas positivamente, como o estabelecimento de uma convivência amigável ou favorável com a Igreja e o êxito na implementação de reformas concernentes à ordem pública e ao reforço da autoridade do Estado.

A tese defendida pela revista é a de que o entendimento entre a Igreja e o Estado é sempre positivo desde que este reconheça a supremacia daquela e a proteja. Apoiando-se na doutrina contida nas encíclicas do início do pontificado de Pio XI, que definem esse relacionamento, a *Ubi Arcano Dei*, de 1923, *Quas Primas*, de 1925, e *Ad Salutem Humani Generis*, de 1930¹³, a *Lumen* relewa os frutos positivos do nacionalismo cristão português e do que considera ser o tradicional Estado cristão português, insistindo na actualidade e

¹¹ Cf. encíclicas *Non Abbiamo Bisogno*, de 1931, e *Mit Brennender Sorge* e *Nos es muy*, de 1937.

¹² Cf. encíclica *Divini Redemptoris*, de 1937.

¹³ Na encíclica *Ubi Arcano Dei*, Pio XI apelava à reconstituição de «aquela verdadeira sociedade das nações, que foi a comunidade dos povos cristãos». Numa alocução, de 18/09/1938, o mesmo Papa, denunciando os totalitarismos nacionalistas, afirmava: «Se há um regime totalitário — totalitário de facto e de direito — é o regime da Igreja, porque o homem pertence totalmente à Igreja» (Ap. *Lumen*, Novembro de 1938, p. 691).

viabilidade do projecto sob o lema «Deus, Igreja, Pátria», reclamando em várias ocasiões maior abertura do Estado Novo à Igreja, nos moldes da vizinha Espanha.

Nesta perspectiva se insere o manifesto agrado com que o cronista do fascículo de Agosto de 1939, reproduz uma intervenção no Senado da Roménia de um representante da corporação dos escritores e jornalistas, no sentido da defesa da Igreja Católica, já que «foi por intermédio dessa Igreja que despertou na nossa História a consciência nacional (...). Tudo quanto contribui para aumentar a força espiritual e moral do povo, não pode senão fortalecer ainda mais os nossos alicerces nacionais e chamar benções sobre o povo romeno»¹⁴. Nestes mesmos princípios se compreende o elogio feito na «Crónica» de Março de 1943 ao Marechal Pétain, pela publicação de quatro leis que favoreciam a Igreja Católica, porque «os aspectos que sobretudo nos interessam não são o económico nem o político, mas o religioso e moral»¹⁵.

Um dos artigos que nos parecem oferecer maior interesse, relativamente aos nacionalismos exacerbados, é aquele que foi publicado no número de Fevereiro de 1939, com o título «Igreja e Estado», da autoria de Mons. José Vieira Alvernaz, futuro Bispo de Cochim, em 1941 e mais tarde, em 1950, Bispo Auxiliar do Patriarca das Índias. Inspirando-se na encíclica *Quas Primas*, que Pio XI publicara em 1925, e revelando não ter acompanhado a evolução do pensamento daquele Papa, Alvernaz, acha necessário e ainda possível regressar à comunidade medieval de Estados Cristãos, submetidos ao Papa. Os regimes políticos de separação Igreja-Estado e as Concordatas, considera-os «abusos e paliativos»¹⁶. O liberalismo, concebe-o como «rebelião de filhos desnaturados contra soberanos que os amavam paternalmente»¹⁷, acrescentando, mais adiante: «quão felizes eram esses tempos em que, sem recorrer a eleições e lutas políticas, que arruinam as nações, se obtinha um correctivo eficaz à tirania dos Governos, sem a pesada e infrutífera máquina que se chama parlamento»¹⁸. Alvernaz vislumbra uma esperança: é que o liberalismo está a bater em retirada e os regimes autoritários vão triunfando; e se, na

¹⁴ *Ibidem*. Agosto de 1939, p. 497.

¹⁵ *Ibidem*. Março de 1943, p. 192.

¹⁶ *Lumen*, Fevereiro de 1939, p. 87.

¹⁷ *Ibidem*, p. 85.

¹⁸ *Ibidem*, p. 88.

Europa Central, eles querem impor-se fora da esfera de Deus, divinizando o Estado num totalitarismo escravizante, esmagando a Igreja, com a substituição da religião pelo nacionalismo, na Europa Ocidental eles inspiram-se nos valores cristãos, apesar do iniciador deste movimento, Charles Maurras, pretender servir-se da religião e da Igreja, concebendo-a apenas como gendarme, instrumento seguro nas mãos dos políticos para dominar o povo.

Mais em sintonia com a abertura da Igreja ao mundo contemporâneo, que vinha sendo concretizada por Pio XI, sobretudo através da assinatura de Acordos e Concordatas com vários Estados de diferentes regimes políticos, é o artigo do Cónego Martins Pontes, «A vitalidade da Igreja Católica», publicado no fascículo de Janeiro de 1940, em que procura demonstrar, contra os presságios mais pessimistas, a vitabilidade e a indestrutibilidade do projecto católico e da Igreja. A tese desenvolvida pelo autor é a de que, tal como no mundo fechado da Antiguidade, sob um férreo despotismo imperial, parecia não haver lugar para a mensagem cristã e ela vingou; tal como no mundo fechado de Israel, nacionalista isolacionista, alucinado por um patriotismo cego, parecia não haver lugar para Cristo, mas o seu projecto universalista, humano e fraterno, acabou por vingar; assim também há-de continuar a triunfar hoje, num mundo onde «a religião da raça e do sangue surgiu além Reno, e num paroxismo de violência, presta culto à Força e pretende arrastar uma grande Nação a dizer com arreganho, a Cristo: Não há lugar. Mais ao norte o Comunismo — monstro gerado nas entranhas da filosofia germânica — arrogante, satânico fecha com as mãos ensanguentadas as portas a Cristo e profere: Não há lugar»¹⁹.

Nesta linha de orientação se insere o comentário de D. F., a propósito, da publicação pela Livraria Lopes da Silva, das três encíclicas de Pio XI, da Páscoa de 1937 — *Mit Brennender Sorge*, *Divini Redemptoris* e *Nos Es muy*, condenando respectivamente o nazismo, o comunismo e a perseguição religiosa no México —, traduzidas e apresentadas pelo Padre Dr. Manuel António Valente Pombo, com o título *A Igreja e a Acção Católica perante o comunismo e a estatolatria moderna. Três encíclicas de Pio XI*: «Há muitos que se deixam seduzir pelas propagandas dos nacionalismos exaltados. Há católicos também que fazem a apologia dos totalitarismo. A Igreja condena o

¹⁹ *Ibidem*, Janeiro de 1940, p. 19.

endeusamento do Estado e denuncia perigos idênticos no comunismo e nos totalitarismos. A divulgação dos textos das encíclicas do Santo Padre são da maior necessidade e prestam um bom serviço todos aqueles que as fazem chegar às mãos dos iludidos e seduzidos por doutrinas perigosas»²⁰.

Da revista espanhola *Ecclesia*, achou a *Lumen*, «oportuno» transcrever na totalidade, no fascículo de Fevereiro de 1944, um artigo de Gregório de Yurre «sobre nacionalismos exagerados». Apresentando o nacionalismo exagerado como uma inversão de valores, com o predomínio dos instintos sobre a razão e o primado da acção sobre os ideais, explica-o como reacção contra o exagerado racionalismo e o internacionalismo apátrida, que o antecederam e define-o como uma religião ao serviço do Estado totalitário, a que corresponde uma moral ditada pelo Estado, como encarnação da nação, o qual subverte mais uma vez a ordem lógica dos valores: «não há obrigação de realizar uma acção porque é justa, mas é justa porque há obrigação (...) porque tal é a vontade do Estado»²¹.

A temática da «nova ordem» pós-bélica começou a ser abordada no início da guerra, até porque parecia reinar então a esperança de que o conflito se resolveria em apenas algumas semanas. Um artigo, no fascículo de Março de 1940, transcrito de *Dossiers de l'Action Populaire* referia a necessidade de reconstruir a Sociedade das Nações e caminhar-se para uma Federação Europeia. Em Janeiro de 1945, a *Lumen* transcrevia da revista católica *The Tablet*, um discurso do arcebispo de Westminster, o qual, entre outras condições para a paz, indicava a promoção de um internacionalismo fundado no amor e na fraternidade, desarmando o nacionalismo e o isolamento e não insistindo em agravos históricos, uma Conferência de Paz concebida como um conselho de família e não como traçado de uma estratégia militar e a recusa da divisão do mundo em esferas de influência. A aposta no regresso a uma comunidade de estados cristãos sob a arbitragem da Igreja, vista como um porto seguro, é um sonho acalentado e defendido como proposta possível por muitos articulistas. Mas para o jesuíta Restrepo Jaramillo, de que a *Lumen* transcreveu da *Revista Javeriana*, de Bogotá, o artigo «O católico perante o mundo actual», o regresso a esta primitiva comunidade cristã não pode já fazer-se em

²⁰ *Ibidem*, Janeiro de 1938, pp. 62-63.

²¹ *Ibidem*, pp. 118-119.

termos medievais, concebendo como vã ilusão sonhar «com um catolicismo que domine política e socialmente o mundo»²², pois que a Igreja já não conta hoje com forças materiais para impor uma visão católica político-social, restando como única solução a vivência integral do catolicismo.

Viver integralmente o catolicismo implicava romper as malhas do conservadorismo, em que se achavam presos muito católicos e promover reformas sociais, confiando ao Estado essa tarefa. É aqui que entra a proposta da democracia, suscitada pela vitória dos Aliados sobre os regimes ditatoriais e de certo modo imposta à Igreja, que a aceita com reservas, a partir da célebre Mensagem de Natal de Pio XII, em 1944. A secção «Do que se pensa e se escreve» reflecte esta mudança e parece mesmo aderir a ela.

A aceitação da democracia nas páginas da *Lumen*, decorre exclusivamente da necessidade de consonância com a mensagem natalícia do Papa e a revista releva e explica com empenho as ressalvas de Pio XII em relação a esse regime político. O artigo «Educação e Cultura», transcrito da *Revista Javeriana*, da autoria de Tristão de Ataíde, de quem a *Lumen* fez rasgados elogios em diversas ocasiões, aponta o nacionalismo exagerado e o totalitarismo como responsáveis pela guerra, mas alerta em seguida para a ambiguidade com que são utilizados estes conceitos, dizendo que «há um totalitarismo facista como há um democrático, e um nazista, ou japonês, ou soviético», pelo que a democracia deve organizar-se com base nos «elementos naturais e orgânicos, (...): a família, a escola, a profissão, o Estado, a Igreja»²³. Em Novembro de 1945, o cronista citava, numa pastoral do episcopado suíço, a parte em que se defendia a existência de diferentes tipos de democracia; no mês seguinte, noticiando uma Pastoral Colectiva do episcopado americano, transcreve a parte final que alerta para o perigo que corre a verdadeira democracia com a oposição do totalitarismo marxista.

Nas suas «Notas», o director da revista irá empenhar-se, ao longo de 1945, em demonstrar que existem diferentes formas de democracia, que o regime português encarna a melhor e que a luta contra o comunismo é mais importante que a recuperação das estruturas democráticas. No fascículo de Junho, escrevia que o triunfo da democracia não

²² *Ibidem*, Janeiro de 1944, p. 40.

²³ *Ibidem*, pp. 508-509.

deveria significar o regresso aos vícios do liberalismo e que a «profunda reforma social» necessária, «há-de fazer-se com os católicos ou sem eles. Envelhecido, desacreditado e desactualizado o liberalismo económico, destruídos o nacional-socialismo e o fascismo, só ficam em campo duas doutrinas claras (...): a católica e a comunista»²⁴. Ou seja: o que interessa é assegurar a supremacia da Igreja, com democracia ou sem ela. As «Notas» do mês seguinte, são esclarecedoras a este respeito: «no início de uma paz ainda tão incerta e só Deus sabe se justa e duradoura, muitos de nós perguntam a si mesmos que surpresas nos reserva ainda o dia de amanhã e experimentam a angústia da dúvida ou do receio. Mais do que o futuro das pessoas, preocupam-nos certamente o da Igreja, que tendo garantia divina de triunfo no espaço e no tempo, considerados em absoluto, lhe falta, no entanto, a da tranquilidade, em qualquer época e em qualquer parte do mundo»²⁵. Este posicionamento radica-se sobretudo na oposição da doutrina católica à teoria rousseoniana da bondade natural do homem; a perspectiva católica é a de que o homem, manchado à nascença pelo pecado original, necessita, para se redimir, da graça divina e da orientação da Igreja. A autoridade da Igreja como instituição e o seu acatamento é assim considerada uma questão essencial para a defesa da doutrina católica. O governo da Igreja não tinha aliás, como ainda hoje não tem, uma estrutura democrática. Em 1930, numa Pastoral Colectiva destinada a publicar e explicar as determinações do Concílio Plenário Português, de 1926, os bispos portugueses escreviam: «Deus chama à Igreja os fiéis, não para discutirem ou para legislarem, mas para obedecerem. A força da Igreja é a obediência»²⁶.

O posicionamento da *Lumen* face aos modelos concretos dos regimes nacionalistas foi muito cauteloso. Sobre a Action Française, já em fase de decadência no período em estudo, apenas foram publicados dois artigos. O primeiro, em Fevereiro de 1938, recorda quão doloroso foi para a Igreja, em 1926, ter que tomar a decisão do interdito, para salvaguardar a pureza da fé. O segundo aconteceu no fascículo de Setembro-Outubro de 1939, a propósito do levantamento do interdito por Pio XII, em Julho desse ano. Artur Bívar que o assina, encarando o acto como uma vitória da Igreja e aceitando sem reservas o

²⁴ *Ibidem*, pp. 340.

²⁵ *Ibidem*, Julho de 1945, p. 401.

²⁶ *Ação Católica*, boletim arquidiocesano de Braga, Julho de 1931, pp. 213-214.

seu magistério que, segundo diz, ontem condenou a heresia esquerdista dos católicos democráticos do Sillon, de Marc Sangnier e hoje a heresia direitista da Action Française, de Charles Maurras, recorda que em 1909 foi das primeiras pessoas em Portugal a apontar aquele movimento político como reacção salutar contra o descrédito parlamentar, para finalmente colocar-se numa posição distante, utilizando o comentário de um analista estrangeiro, o brasileiro Tristão de Ataíde, «para que no diagnóstico se reconhecessem os infectados portugueses sem poderem ver nas nossas palavras qualquer intuito de mortificação, que visasse pessoalmente este ou aquele»²⁷.

Relativamente ao fascismo, a *Lumen* revela dificuldade em manter aquela equidistância em relação aos regimes políticos, que a doutrina oficial da Igreja impunha: contemporiza com os aspectos negativos e enfatiza aqueles que considera positivos. A notícia dos conflitos de Mussolini com a Santa Sé são raras, abreviadas e atenuadas. Pelo contrário, o bom relacionamento Igreja-Estado na Itália é sempre posto em evidência, apontando-se mesmo como exemplo a seguir. No fascículo de Junho de 1939, incluiu, a *Lumen* um artigo, transcrito da *Vita e Pensiero*, que é um louvor ao fascismo não só por ter chamado a família a colaborar na educação e ter introduzido o ensino da religião e moral católica na escola, mas sobretudo porque «teve a força e a coragem, vencendo todas as dificuldades, graves num país cuja classe dirigente é por tradição anti-clerical, de conceder a liberdade de ensino»²⁸ Relativamente às leis racistas da Itália, postas em vigor a partir de 1938, é manifesta a preocupação da *Lumen* em diminuir o impacto do problema, relevando a moderação da lei e a contemporização com as exigências da doutrina e magistério da Igreja, transcrevendo, no caso da legislação relativa aos casamentos entre um cónjuge ariano e outro não, o acordo a que se chegou²⁹.

Se dúvidas houvesse, quanto a esta simpatia para com o fascismo, o comentário da «Crónica» à queda de Mussolini, encarregar-se-ia de as dissipar; depois de falar em juízos precipitados sobre a sua figura e na crónica ingratitude dos homens, conclui: «Entretanto, Deus salve a Itália, da tremenda situação em que a queda de Mussolini a deixou»³⁰. Um mês depois destas afirmações, a «Crónica» registava, com

²⁷ *Ibidem*, p. 550.

²⁸ *Lumen*, Junho de 1939, p. 376.

²⁹ *Lumen*, Janeiro de 1939, pp. 52-53 e Março de 1938, p. 180.

³⁰ *Lumen*, Setembro-Outubro de 1943, p. 611.

vivo regozijo, a libertação de Mussolini pelos alemães e fazia fé na sua ressurreição política.

Relativamente a Espanha, a *Lumen* parece ter descoberto a necessidade de aplicar a máxima de que o silêncio é de ouro. Refere-se pouco à guerra civil, fala no perigo comunista e no terror vermelho, mas não se sente nela uma identificação com os objectivos da Falange e do Franquismo e a obra do regime vitorioso quase só é apreciada no que concerne a um estreitamento dos laços com a Igreja, referência que serve, aliás, para reivindicar um reforço do papel da Igreja em Portugal.

A análise do evoluir da situação religiosa no país vizinho é feita a partir de comentários de revistas extra-peninsulares. O Estatuto do Trabalho, de Espanha, que declara «o Estado Nacional como instrumento totalitário ao serviço da integridade da Pátria», é traduzido (o preâmbulo, apenas) da revista francesa *La Documentation Catholique*³¹. Sobre a Pastoral Colectiva do episcopado espanhol, de 01/07/1937, dirigida aos bispos de todo o mundo a justificar a tomada de partido, na guerra civil, em favor do Movimento Nacional, registou, a *Lumen*, no fascículo de Janeiro de 1938, a reacção dos meios católicos nos Estados Unidos da América e do episcopado chileno a exprimir solidariedade aos seus pares espanhóis. O apoio da Igreja Católica em Portugal aos bispos espanhóis, nem a exprimiram os bispos portugueses senão em abreviadas referências numa Pastoral Colectiva da época, nem o fez a *Lumen*. A «Crónica» do fascículo de Dezembro de 1943, manifesta, aliás, uma posição algo dúbia; a propósito da notícia do falecimento, em Roma, do Cardeal D. Francisco de Assis Vidal y Barraquer, Arcebispo de Tarragona, e da atitude do general Franco que, numa carta ao episcopado espanhol, solicitava que se efectuassem preces em todas as paróquias do país pelo sufrágio da alma do dito cardeal, comentava: «Esta notícia precisa de um esclarecimento. O Cardeal faleceu em Roma, donde não pôde regressar à sua diocese depois da guerra civil, por oposição do governo do seu país. De Franco pessoalmente ou de outrem? A História o dirá, assim como dirá que se o Cardeal Vidal y Barraquer não assinou durante a guerra civil a *Carta Colectiva* episcopado, as razões só o honraram. Entre outras basta a de ter pensado que assim, não assinando, já em segurança no

³¹ *Ibidem*, Novembro de 1938, p. 696.

estrangeiro, aquela Carta, pouparia o seu clero a maiores violências dos vermelhos»³².

No que se refere ao evoluir da situação política em Espanha, as notícias são raras e quase lacónicas e algumas mesmo pouco abonatórias do regime, como aquela que consta na «Crónica» do fascículo de Setembro-Outubro de 1939, que refere uma remodelação ministerial, onde foram «incluídos elementos militares ao lado dos elementos falangistas, o que deve moderar o facistofilismo da Falange e assegurar o cumprimento das declarações do Caudilho sobre o caminho da Espanha na emergência de um conflito internacional: o da neutralidade. Para se fazer ideia da intoxicação imperialista de parte da Falange, basta registar que em matéria de reivindicações territoriais, além de Gibraltar e de Tânger, pretende-se a revisão do tratado franco-espanhol de 1912 e extensão da zona de influência em Marrocos e um estatuto especial para os espanhóis na Argélia análogo ao que Mussolini requer para a Tunísia. Os manuais escolares pedem o regresso à mãe-pátria de Porto-Rico, Cuba, Filipinas e outras miudezas do Pacífico...»³³. Naturalmente o nacionalismo português, em que se achava comprometida a Igreja Católica em Portugal, ajudará a explicar os receios perante a megalomania imperialista da Falange.

Em relação à Alemanha nazi, curiosamente as fontes de informação da *Lumen* são em maioria directas; quanto cita outras, justifica-se pelo facto de ainda não ter recebido o original alemão ... Colaborar na propaganda anti-nazi, aparecia à Igreja em Portugal como equivalente a fornecer armas ao inimigo comunista e era sempre fácil esquivar-se no pressuposto de que a Igreja está acima das questões políticas concretas. Por outro lado, a hierarquia católica tinha conhecimento suficiente da simpatia que esse regime gozava entre alguns católicos tradicionalistas portugueses e em algumas personalidades da esfera política, ligadas ao aparelho do Estado. Veja-se o caso da encíclica *Mit Brennender Sorge*, sobre o nazismo, publicada por Pio XI, na Quaresma de 1937, que tem, no texto oficial, o subtítulo de «Sobre a situação da Igreja Católica no Reich Alemão». A *Lumen*, transcreve-a com o subtítulo «Sobre a Igreja na Alemanha»; a *Acção Católica*, de Braga, menos comprometida com o poder político, o que não significa mais distante, respeitou o subtítulo original, menos paliativo:

³² *Ibidem*, Dezembro de 1943, p. 738.

³³ *Lumen*, Setembro-Outubro de 1939, p. 596.

«Sobre a situação da Igreja no Reich Germânico». Quando a *Lumen* refere negativamente o regime alemão, fá-lo mais em nome do sufocamento da Igreja do que das teses nazis, que a mesma condena.

No que respeita, porém, à perseguição clerical, estatização do ensino, nacionalismo pagão e racismo, a denúncia da *Lumen* é clara e persistente, utilizando, na maioria dos casos, textos de revistas católicas estrangeiras. De nenhum país como a Alemanha reproduz, a *Lumen*, tanta abundância de documentos episcopais. A propósito do pacto nazi-soviético, transcreveu parcialmente de *Dossiers de l'Action Populaire*, o artigo «traições totalitárias», onde pode ler-se: «Teoricamente, como começou na Itália, a fórmula totalitária era uma tentativa abusiva, sem dúvida, mas explicável pelas circunstâncias, de restituir ao Estado a sua autoridade na nação. Tudo no Estado, pelo Estado e para o Estado, é já fórmula pagã, que nega implicitamente qualquer valor humano superior ao poder político. Mas tecnicamente podia conter artigos interessantes como o do estabelecimento das corporações na vida nacional»³⁴. À medida que a guerra se aproximava do fim, as crónicas anti-nazis aumentam em número e clareza. A «Crónica» de Julho de 1944 tecia, a propósito da inauguração do novo Estádio Nacional, em Lisboa, considerações gerais contra o culto da força e a eliminação física dos deficientes, que hoje é fácil identificar com as práticas nazis, mas que no momento talvez não fosse tão visível³⁵.

³⁴ *Lumen*, Fevereiro de 1940, pp. 112-113.

³⁵ Escrevia, então, o cronista da *Lumen*: «inaugurar um monumento que é por assim dizer um templo alçado à educação física, ao atletismo, ao culto da força, num sítio chamado Cruz Quebrada, não pode deixar de nos recordar os perigos do demasiado fervor na corrida para aquele templo, sobretudo quando se esquecem os outros onde a Cruz ainda continua a ensinar os deveres para com os fracos e os humildes. O culto da força é genericamente o mesmo quando um pugilista se prepara, em longos exercícios, para esmurrar um rival no ring, com a mira posta numas dezenas de contos em moeda ou taça — e quando um povo imperialista, se prepara, em longos anos de armamento, para devastar um país rival, numa luta em todos os continentes, com os olhos postos em poços de petróleo. O culto da força é ainda genericamente o mesmo quando se preconiza, — em vez da caridade para com os infelizes que a sorte lançou para a vida defeituosos no corpo, onde há um espírito que pôde sempre, desde Tirteu a Leopardi, aliar a deformidade com o génio — a supressão dos fracos, com uma prática de nome grego que recorda a terra onde surge o Monte Taigeto... Sabe-se lá a que pode levar o culto da força, quando a Cruz Quebrada já não domina o homem» (*Lumen*, Julho de 1944, p. 460).

Uma longa catilinária anti-racista foi desenvolvida por Artur Bivar, em «Ensaio crítico sobre o racismo», publicado nos fascículos de Novembro e Dezembro de 1938 e nos de Junho, de Julho e de Agosto de 1939. Na primeira parte, desenvolve a tese de que o racismo é mais uma «febre colectiva» das que periodicamente atacam o povo alemão; na segunda parte, contrapõe a tese hitleriana da derrocada alemã pela miscigenação das raças à do racista Hans Gunther, que afirma ser apenas de um décimo a reservar de raça pura, restrita à Pomerânia e à de Grunther Grundel, para o qual os nacionais-socialistas mais hábeis provêm de cruzamento de raças; na terceira parte, aborda o problema das origens desta «febre da raça» que, segundo diz, foi introduzida na Alemanha a partir da divulgação do livro *Essai, sur l'inegalité des races*, escrito em 1855 por Gobineau; a quarta parte analisa o impacto da teoria do mito do sangue, desenvolvida em *O Mito do século XX*, de Alfred Rosenberg e o fenómeno do culto do chefe, concebidos como um retorno ao paganismo e às teocracias imperiais. A última parte destina-se a destruir os fundamentos científicos do racismo. No fascículo de Maio de 1939, publicou ainda, Artur Bivar, um outro artigo relativo ao nacional-socialismo, «O espaço vital e a revolução alemã», explicando o imperialismo alemão como a saída encontrada para fazer face a uma grave crise económica.

Ao longo das 47 páginas que tem o primeiro artigo e mais as 8 páginas do segundo, Artur Bivar não refere a componente anti-semita do racismo alemão, nem as palavras «anti-semita» ou «judeu», são sequer utilizadas nem uma única vez. O problema judaico foi abordado pela *Lumen* apenas em Março de 1942. Transcreveu aí um decreto da Sagrada Congregação do Santo Ofício, condenando a prática de eliminação de deficientes físicos ou psíquicos, e, a seguir, como comentário, um extracto de um sermão de Mons. von Galen, arcebispo de Munster, que denuncia a existência na Alemanha de clínicas com esse objectivo, não referindo, no entanto, os judeus como constituindo as maiores vítimas. No mesmo fascículo, a secção «Do que se pensa e se escreve», sob o título «A Igreja e os judeus», insere alguns períodos do artigo «O problema judaico», publicado na *Revista Javeriana*, em que o articulista iliba a Igreja, como instituição, da perseguição dos judeus. A primeira vez que a *Lumen* irá referir-se ao holocausto nazi será na «Crónica», de Agosto de 1945, para notificar a morte de dois dos três fundadores da Juventude Operária Ca-

tólica, da Bélgica, no campo de concentração de Dachau; a segunda abordagem, acontece só em Fevereiro de 1946. Transcreve então um artigo da revista belga *La Nouvelle Revue Théologique*, que aborda os tormentos vividos por alguns Padres no campo de concentração de Dachau. O autor refere-se exclusivamente aos Padres encerrados em Dachau e sobre a origem judaica ou não deles, nem uma palavra é dita.